



Balanço Patrimonial

Semestres findo em 30 de Junho

Descrição	Ativo	Em Reais	
		06/2017	06/2016
Circulante		227.205.868,74	164.775.260,67
Disponibilidades		3.268.656,57	2.636.019,54
Títulos e Valores Mobiliários		1.214.724,64	131.162.998,32
Carteira Própria		1.214.724,64	131.162.998,32
Relações Interfinanceiras		186.588.703,48	4.174.449,37
Centralização Financeira		186.588.703,48	4.174.449,37
Operações de Crédito		33.442.024,76	25.809.176,59
Operações de Crédito - Setor Privado		35.425.896,01	27.394.639,33
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		(1.983.871,25)	(1.585.462,74)
Outros Créditos		2.577.963,35	856.165,57
Avais e Fianças		41.202,35	39.212,51
Rendas a Receber		2.133.887,10	564.126,87
Diversos		455.992,87	309.722,74
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa		(53.118,97)	(56.896,55)
Outros Valores e Bens		113.795,94	136.451,28
Outros Valores e Bens		19.400,42	0,00
Despesas Antecipadas		94.395,52	136.451,28
Não Circulante		29.455.601,97	27.180.239,03
Realizável a Longo Prazo		24.915.804,95	22.999.714,76
Operações de Crédito		24.440.607,14	22.576.918,39
Operações de Crédito - Setor Privado		24.440.607,14	22.576.918,39
Outros Créditos		475.197,81	422.796,37
Diversos		475.197,81	422.796,37
Investimentos		2.943.119,51	2.862.031,31
Ações e Cotas		2.943.119,51	2.862.031,31
Imobilizado		1.596.001,04	1.317.416,53
Outras Imobilizações de Uso		2.546.354,65	2.047.375,08
(-) Depreciações Acumuladas		(950.353,61)	(729.958,55)
Intangível		676,47	1.076,43
Softwares		2.000,00	2.000,00
(-) Amortizações Acumuladas		(1.323,53)	(923,57)
Total do Ativo		256.661.470,71	191.955.499,70



Balanço Patrimonial

Semestres findo em 30 de Junho

Descrição	Passivo	Em Reais	
		06/2017	06/2016
Circulante		228.732.864,23	170.149.415,97
Depósitos		216.633.237,93	163.991.945,17
Depósitos à Vista		45.420.819,76	33.304.457,51
Depósitos à Prazo		171.212.418,17	130.687.487,66
Relações Interfinanceiras		7.036.823,94	545.241,35
Repasse Interfinanceiros		7.036.823,94	545.241,35
Obrigações por Empréstimos no País		396.185,99	1.630.511,93
Empréstimos - Outras Instit.		396.185,99	1.630.511,93
Outras Obrigações		4.666.616,37	3.981.717,52
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		81.458,74	12.070,26
Sociais e Estatutárias		1.509.751,38	1.067.697,36
Fiscais e Previdenciárias		320.834,53	289.281,77
Diversas		2.754.571,72	2.612.668,13
Não Circulante		397.528,83	539.571,58
Relações Interfinanceiras		397.528,83	539.571,58
Repasse Interfinanceiros		397.528,83	539.571,58
Patrimônio Líquido		27.531.077,65	21.266.512,15
Capital Social		19.427.545,05	15.041.207,48
Capital		19.427.545,05	15.041.207,48
Reserva de Lucros		5.165.982,64	3.987.520,54
Lucros ou Perdas Acumuladas		2.937.549,96	2.237.784,13
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		256.661.470,71	191.955.499,70

Henrique Backmeier
Presidente
CPF 313.263.239-20

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC
CPF 881.435.466-91



Demonstrações de Sobras ou Perdas
Semestres findo em 30 junho

Descrição	06/2017	Em Reais
		06/2016
Receitas da Intermediação Financeira	13.829.887,26	14.288.711,83
Resultado com operações de crédito	7.218.939,41	6.348.192,38
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	6.610.947,85	7.940.519,45
Despesas da Intermediação Financeira	(8.864.463,99)	(7.764.192,34)
Operações de captação no mercado	(8.064.256,69)	(7.072.171,57)
Operações de empréstimos e repasses	(248.133,99)	(131.805,79)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(552.073,31)	(560.214,98)
Resultado bruto da intermediação financeira	4.965.423,27	6.524.519,49
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.896.049,68)	(4.177.745,49)
Receitas de prestação de serviços	1.589.215,34	1.192.601,00
Despesas de pessoal	(3.268.506,54)	(2.809.960,05)
Outras despesas administrativas	(3.423.447,73)	(2.857.992,37)
Despesas Tributárias	(82.320,53)	(67.933,72)
Outras Receitas Operacionais	3.517.991,76	741.994,25
Outras Despesas Operacionais	(228.981,98)	(376.454,60)
Resultado operacional	3.069.373,59	2.346.774,00
Resultado não operacional	(7.072,72)	(4.606,71)
Resultado antes da tributação e da participação no lucro	3.062.300,87	2.342.167,29
Imposto de renda e contribuição social	(124.750,91)	(104.383,16)
Imposto de Renda	(68.248,34)	(56.325,75)
Contribuição Social	(56.502,57)	(48.057,41)
Lucro Líquido (prejuízo)	2.937.549,96	2.237.784,13
Lucro Líquido após JCP	2.937.549,96	2.237.784,13

Henrique Backmeier
Presidente
CPF 313.263.239-20

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC
CPF 881.435.466-91



Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido
Semestre findo em 30 de junho

Eventos	Capital Social	Reservas		Sobras do Período	Em Reais
		Legal	Fundo de Estabilidade		Total
SALDO EM 30/06/2015	11.676.898,64	2.431.821,70	513.512,51	2.393.379,24	17.015.612,09
MUTAÇÕES EM 30/06/2016	3.364.308,84	833.749,06	208.437,27	(155.595,11)	4.250.900,06
Integralização de Capital	699.354,74	0,00	0,00	0,00	699.354,74
Devolução de Capital	(253.167,61)	0,00	0,00	0,00	(253.167,61)
Incorporação das Sobras	2.918.121,71	0,00		(2.918.121,71)	0,00
Resultado Cooperado 2 Sem 2015	0,00	0,00	0,00	1.885.838,22	1.885.838,22
Resultado Não Cooperado 2 Sem 2015	0,00	0,00	0,00	215.911,84	215.911,84
Destinação do Resultado 2015	0,00	833.749,06	208.437,27	(1.042.186,33)	0,00
Fates Não Cooperado 12/2015	0,00	0,00	0,00	(326.383,99)	(326.383,99)
Destinação Fates 12/2015	0,00	0,00	0,00	(208.437,27)	(208.437,27)
Resultado Coop. 1 Semestre 2016	0,00	0,00	0,00	2.064.083,34	2.064.083,34
Result. Não Coop. 1 Semestre 2016	0,00	0,00	0,00	178.307,50	178.307,50
Outros Resultados 1 Semestre 2016	0,00	0,00	0,00	(4.606,71)	(4.606,71)
SALDO EM 30/06/2016	15.041.207,48	3.265.570,76	721.949,78	2.237.784,13	21.266.512,15
MUTAÇÕES EM 30/06/2017	4.386.337,57	942.769,68	235.692,42	699.765,83	6.264.565,50
Integralização de Capital	1.476.647,18	0,00	0,00	0,00	1.476.647,18
Devolução de Capital	(390.003,48)	0,00	0,00	0,00	(390.003,48)
Incorporação das Sobras	3.299.693,87	0,00	0,00	(3.299.693,87)	0,00
Resultado Cooperado 2 Sem 2016	0,00	0,00	0,00	2.413.329,32	2.413.329,32
Resultado Não Cooperado 2 Sem 2016	0,00	0,00	0,00	268.335,39	268.335,39
Destinação do Resultado 2016	0,00	942.769,68	235.692,42	(1.178.462,10)	0,00
Reversão de Despesas do FATES	0,00	0,00	0,00	236.435,73	236.435,73
Fates Não Cooperado 12/2016	0,00	0,00	0,00	(442.036,18)	(442.036,18)
Destinação Fates 12/2016	0,00	0,00	0,00	(235.692,42)	(235.692,42)
Resultado Coop. 1 Semestre 2017	0,00	0,00	0,00	2.737.005,52	2.737.005,52
Result. Não Coop. 1 Semestre 2017	0,00	0,00	0,00	207.617,16	207.617,16
Outros Resultados 1 Semestre 2017	0,00	0,00	0,00	(7.072,72)	(7.072,72)
SALDO EM 30/06/2017	19.427.545,05	4.208.340,44	957.642,20	2.937.549,96	27.531.077,65

Henrique Backmeier
Presidente
CPF 313.263.239-20

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC
CPF 881.435.466-91



Demonstração dos fluxos de caixa
Semestres findos em 30 de junho

Descrição	Em Reais	
	30/06/2017	30/06/2016
1 - Sobras Líquidas Antes da Tributação e Destinação	5.980.401,31	6.454.639,73
Resultado do Exercício 2º Semestre do Ano Anterior	2.918.100,44	3.982.643,87
Resultado do Exercício 1º Semestre Ano Corrente	3.062.300,87	2.471.995,86
2 - Ajuste Por	74.314.894,24	10.435.445,72
Depreciação / Amortização	219.027,07	76.455,96
(Aumento) ou Diminuição dos Tit. e Valores Mobil. Acima 90 Dias	32.695.484,96	(1.079.844,05)
(Aumento) ou Diminuição das Operações de Créditos	(9.496.536,92)	(8.288.163,33)
(Aumento) ou Diminuição das Outros Créditos	(1.774.199,22)	439.108,82
(Aumento) ou Diminuição dos Outros Valores e Bens	22.655,34	32.104,97
(Diminuição) ou Aumento em Depósitos	52.641.292,76	19.249.866,62
(Diminuição) ou Aumento em Outras Obrigações	7.170,25	5.916,73
3 - Caixa Proveniente das Operações (1+2)	80.295.295,55	16.890.085,45
4 - Tributação do Resultado Antes da Destinação das Reservas	(124.750,91)	(78.616,62)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(124.750,91)	(78.616,62)
5 - Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (3+4)	80.170.544,64	16.811.468,83
6 - Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento	508.343,88	(208.887,82)
Investimentos	(81.088,20)	0,00
Ativo Imobilizado / Diferido	(497.211,62)	(592.707,26)
Integralização de Capital	1.476.647,18	554.636,31
Devolução de Capital	(390.003,48)	(170.816,87)
7 - Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento	5.115.213,90	1.099.496,83
(Diminuição) ou Aumento em Repasses Interfinanceiros	6.349.539,84	1.188.863,43
(Diminuição) ou Aumento em Obrigações Por Empréstimos	(1.234.325,94)	(89.366,60)
8 - Variação no Caixa (5+6+7)	85.794.102,42	17.702.077,84
Aumento Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa	85.794.102,42	17.702.077,84
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	105.277.982,27	87.575.904,43
Caixa e Equivalente de Caixa no Fim do Período	191.072.084,69	105.277.982,27

Henrique Backmeier
Presidente
CPF 313.263.239-20

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC
CPF 881.435.466-91



COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS ALTO VALE DO ITAJAÍ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2017

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS ALTO VALE DO ITAJAÍ - SICOOB ALTO VALE**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em **01/07/1988**, filiada à **CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL – SICOOB CENTRAL SC/RS** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 3.859/2010, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB ALTO VALE** possui **12** Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **ITUPORANGA - SC, JOSÉ BOITEUX - SC, PRESIDENTE GETÚLIO - SC, AURORA - SC, PETROLÂNDIA - SC, POUSO REDONDO - SC, RIO DO OESTE - SC, RIO DO CAMPO - SC, TAIÓ - SC, AGRÔNOMICA - SC, SALETE - SC, RIO DO SUL - SC**

O **SICOOB ALTO VALE** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e



suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 04 (R1) – Ativo Intangível – Resolução CMN nº 4.534/2016, CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subseqüente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009; CPC 33 - Benefícios a Empregados CMN nº 4.424/15; Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura Conceitual para Elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro - Resolução CMN nº 4.144/12.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.



As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

j) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

k) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.



m) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

n) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

o) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

4. Títulos e valores mobiliários

Em **30 de Junho de 2017 e 2016**, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Título De Renda Fixa	1.214.724,64	131.162.998,32
TOTAL	1.214.724,64	131.162.998,32

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários – CDI, no **SICOOB CENTRAL SC/RS**, com remuneração de, aproximadamente, 101% do CDI. Tal recurso tem por objetivo garantir operações firmadas junto a **SICOOB CENTRAL SC/RS**.

5. Relações interfinanceiras

Em 30 de junho de **2017 e 2016**, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Centralização Financeira - Cooperativas	186.588.703,48	4.174.449,37
TOTAL	186.588.703,48	4.174.449,37

Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao **SICOOB CENTRAL SC/RS** conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	30/06/2017			30/06/2016
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	126.861,43	0,00	126.861,43	54.044,52
Empréstimos	17.277.046,06	15.399.822,56	32.676.868,62	29.463.476,14
Títulos Descontados	4.643.240,19	0,00	4.643.240,19	4.313.018,60
Financiamentos	6.230.744,05	8.839.220,24	15.069.964,29	13.719.063,53
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	6.544.819,89	804.748,73	7.349.568,62	2.421.954,93
Sub Total	34.822.711,62	25043791,53	59.866.503,15	49.971.557,72
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.094.780,26)	(919.696,34)	(2.014.476,60)	(1.585.462,74)
TOTAL	33.727.931,36	24.124.095,19	57.852.026,55	48.386.094,98

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 30/06/2017	Provisões 30/06/2017	Total em 30/06/2016	Provisões 30/06/2016
AA - Normal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	26.573,80	0,00
A 0,5% Normal	17.366.452,78	26.904,66	9.295.866,67	106.676,22	26795900,33	133.979,99	25.202.771,70	126.014,22
A 0,5% Vencidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	38.657,02	193,29
B 1% Normal	14.144.815,70	649.104,79	4.883.523,09	6.213.171,94	25890615,52	258.906,16	18.638.546,20	186.385,46
B 1% Vencidas	392.244,24	108,56	80.828,70	0,00	473181,5	4.731,82	146.812,51	1.468,13
C 3% Normal	2.678.139,12	284.588,84	495.330,31	459.328,15	3917386,42	117.521,59	3.807.951,43	114.238,54
C 3% Vencidas	326.635,31	5.172,09	30.692,30	0,00	362499,7	10.874,99	80.419,52	2.412,59
D 10% Normal	81.702,55	74.098,98	49.410,21	0,00	205211,74	20.521,17	370.462,80	37.046,28
D 10% Vencidas	171.407,73	2.135,75	34.080,23	0,00	207623,71	20.762,37	49.007,40	4.900,74
E 30% Normal	78.722,73	9.433,94	0,00	0,00	88156,67	26.447,00	243.230,92	72.969,28
E 30% Vencidas	230.658,18	4.722,41	4.835,73	0,00	240216,32	72.064,90	16.473,84	4.942,15
F 50% Normal	15.166,26	5.855,03	3.333,68	0,00	24354,97	12.177,49	588.862,63	294.431,32
F 50% Vencidas	104.808,99	3.194,06	28.211,63	0,00	136214,68	68.107,34	22.401,17	11.200,59
G 70% Normal	52.740,53	20.855,36	0,00	570.392,31	643988,2	450.791,74	26.969,75	18.878,83
G 70% Vencidas	210.313,06	7.246,27	117.123,09	0,00	334682,42	234.277,69	6.785,61	4.749,93
H 100% Normal	214.451,53	3.513,82	0,00	0,00	217965,35	217.965,35	528.327,04	528.327,04
H 100% Vencidas	298.536,76	24.442,56	46.728,65	0,00	369707,97	369.707,97	177.304,38	177.304,38
Total Normal	34.632.191,20	1.074.355,42	14.727.463,96	7.349.568,62	57.783.579,20	1.238.310,49	49.433.696,27	1.378.290,96
Totais Vencidos	1.734.604,27	47.021,70	342.500,33	0,00	2.124.126,30	780.527,08	537.861,45	207.171,78
Total Geral	36.366.795,47	1.121.377,12	15.069.964,29	7.349.568,62	59.907.705,50	2.018.837,57	49.971.557,72	1.585.462,74
(-) Provisões	(1.197.584,98)	(79.342,06)	(266.190,83)	(475.719,70)	(2.018.837,57)		(1.585.462,74)	
Total Líquido	35.169.210,49	1.042.035,06	14.803.773,46	6.873.848,92	57.888.867,93		48.386.094,98	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	5.565.643,38	10.798.109,51	15.359.802,39	31.723.555,28
Títulos Descontados	4.496.944,62	146.295,57	0,00	4.643.240,19
Financiamentos	1.665.469,02	4.565.275,03	8.839.220,24	15.069.964,29
Financiamentos Rurais	157.621,23	6.387.198,66	804.748,73	7.349.568,62
TOTAL	11.885.678,25	21.896.878,77	25.003.771,36	58.786.328,38

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	30/06/2017	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	238.641,37	3.122.933,65	502.003,33	0,00	3.863.578,35	6%
Setor Privado - Indústria	37.917,27	1.920.793,83	788.420,91	0,00	2.747.132,01	5%
Setor Privado - Serviços	290.729,07	12.655.937,97	2.337.226,36	0,00	15.283.893,40	26%
Pessoa Física	544.880,07	29.076.819,53	1.006.484,32	7.349.568,62	37.977.752,54	63%
Outros	9.209,34	17.034,59	9.105,27	0,00	35.349,20	0%
TOTAL	1.121.377,12	46.793.519,57	4.643.240,19	7.349.568,62	59.907.705,50	100%



e) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Valor das operações transferidas no período	584.591,43	582.506,39
Valor das operações recuperadas no período	(588.651,13)	(313.600,61)
TOTAL	(4.059,70)	268.905,78

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	30/06/2017	30/06/2016
Avais E Fianças Honrados	41.202,35	39.212,51
Rendas A Receber	2.133.887,10	564.126,87
Diversos	931.190,68	732.519,11
(-) Provisões Para Outros Créditos	(53.118,97)	(56.896,55)
TOTAL	3.053.161,16	1.278.961,94

8. Outros valores e bens

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Bens Não de Uso Próprio	19.400,42	0,00
Despesas Antecipadas	94.395,52	136.451,28
TOTAL	113.795,94	136.451,28

a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, alugueis, contribuição sindical patronal, processamento de dados e outros.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do **SICOOB CENTRAL SC/RS** e ações do BANCOOB.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Participações em cooperativa central de crédito	2.913.119,51	2.832.031,31
Participações inst financ controlada coop crédito	30.000,00	30.000,00
TOTAL	2.943.119,51	2.862.031,31

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016	Taxa Depreciação
Instalações	358.654,70	290.571,70	10%
Móveis e equipamentos de Uso	740.769,15	668.415,30	10%
Sistema de Comunicação	41.223,00	40.583,80	20%
Sistema de Processamento de Dados	1.124.327,83	794.655,18	20%
Sistema de Segurança	248.709,38	225.148,38	20%
Sistema de Transporte	32.670,59	28.000,72	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	(950.353,61)	(729.958,55)	
TOTAL	1.596.001,04	1.317.416,53	



a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré fixadas são calculadas o prazo final da operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Depósito à Vista	45.420.819,76	33.304.457,51
Depósito a Prazo	171.212.418,17	130.687.487,66
TOTAL	216.633.237,93	163.991.945,17

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

12. Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	30/06/2017	30/06/2016
COOPERATIVA CENTRAL	396.185,99	1.630.511,93
REPASSES INTERFINANCEIROS	7.434.352,77	1.084.812,93
TOTAL	7.830.538,76	2.715.324,86

13. Outras Obrigações

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
a) Resultado De Atos Com Associados	317.668,97	317.045,62
a) Resultado De Atos Com Não Associados	1.191.723,59	745.707,39
b) Cotas De Capital A Pagar	358,82	4.944,35
TOTAL	1.509.751,38	1.067.697,36

a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional



– COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/06, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Impostos E Contribuições Sobre Lucros A Pagar	116.872,70	102.505,33
Impostos e contribuições a recolher	203.961,83	186.776,44
TOTAL	320.834,53	289.281,77

13.3 Diversas

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Obrigações Por Aquisição De Bens E Direitos	2.348,22	0,00
Obrigações Por Prestação De Serviços De Pagamento	102.053,23	56.707,84
Provisão Para Pagamentos A Efetuar	1.593.270,21	1.368.233,53
Provisão Para Passivos Contingentes	762.205,91	902.578,10
Provisão Para Garantias Financeiras Prestadas	30.605,35	0,00
Credores Diversos - País	264.088,80	285.148,66
TOTAL	2.754.571,72	2.612.668,13

14. Passivos Contingentes

As ações judiciais e administrativas fiscais são classificadas pelos advogados externos como: prováveis e possíveis, e o parecer jurídico leva em conta a natureza da causa, sua especificidade e também a jurisprudência dos tribunais superiores.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação de provisão das causas judiciais passíveis obedecem a Resolução CMN nº. 3.823/09, conforme resumimos a seguir:

"A provisão é reconhecida somente quando: (a) A entidade tem uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de evento passado, (b) Seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (c) Possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida."

Com base nessas premissas, quando exista na data do balanço uma obrigação de "Provável Perda", o Sicoob reconhece a provisão e, quando não for de "Provável Perda", a instituição divulga a contingência passiva, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Na avaliação da possibilidade de perda para os processos em 30/06/2017, utilizamos a seguinte classificação conforme tabela a seguir:

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor Estimado de Perda	Valor Provisionado em 30/06/2017
Fiscal	Possível	Não mensurável	457.646,29
Trabalhista	Provável	Não mensurável	180.117,70
Total			637.763,99

A Cooperativa manteve o complemento da provisão para cobertura de eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos inerentes ao curso normal dos negócios, conforme demonstrado a



seguir:

Natureza	Valor Provisionado em 30/06/2017
Outros Passivos	124.441,92
Garantias Prestadas	30.605,35
Total	155.047,27

15. Instrumentos financeiros

O **SICOOB ALTO VALE** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos a vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em um voto, independente do número de suas cotas-partes.

No exercício de **2017**, a Cooperativa aumentou seu capital social no montante de **R\$ 4.386.337,57** (Quatro milhões trezentos e oitenta e seis mil trezentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos).

Descrição	30/06/2017	30/06/2016
Capital Social	19.427.545,05	15.041.207,48
Associados	22.120	18.311

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 20%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Fundo de Estabilidade Financeira – F.E.F.

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 5%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

17. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que tem autoridade e responsabilidade de planejar dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos das famílias de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.



As garantidas oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Em 30/06/2017 possuí o saldo das seguintes transações com partes relacionadas:

Descrição	2017						
	Operações de Crédito	%	Depósitos	%	Capital Social	%	Honorários
Conselho de Administração	174.823,88	0,30%	1.087.022,73	0,50%	90.989,36	0,47%	10.353,96
Diretoria Executiva	1.851,44	0,003%	811.776,12	0,37%	34.381,83	0,18%	289.642,80
TOTAL	176.675,32	0,30%	1.898.798,85	0,87%	125.371,19	0,65%	299.996,76

18. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DE ASSOCIADOS ALTO VALE DO ITAJAÍ - SICOOB ALTO VALE, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCC DE SANTA CATARINA E RIO GRANDE DO SUL - SICOOB CENTRAL SC/RS, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL SC/RS, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao SICOOB CENTRAL SC/RS a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O SICOOB ALTO VALE responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo SICOOB CENTRAL SC/RS perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

19. Gerenciamento de Risco

19.1 Risco operacional

As diretrizes e responsabilidades aplicáveis ao gerenciamento do risco operacional das entidades do Sicoob encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional, aprovada no âmbito dos respectivos órgãos de administração (Conselho de Administração ou, na inexistência desse, Diretoria) das entidades do Sicoob, é revisada, no mínimo, anualmente por proposta da área responsável pelo gerenciamento do risco operacional do Sicoob Confederação, em decorrência de fatos relevantes e por sugestões encaminhadas pelas cooperativas do Sicoob.

O gerenciamento de risco operacional do Sicoob é realizado de forma centralizada pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), o qual consiste em:

a) A avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

b) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das



áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

c) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

d) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

e) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/06, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

19.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB ALTO VALE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB ALTO VALE** aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no BANCOOB, que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o **SICOOB ALTO VALE** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

19.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB ALTO VALE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN 3.721/2009, o **SICOOB ALTO VALE** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no BANCOOB, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio eletrônico www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB ALTO VALE** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.



19.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB ALTO VALE** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, **SICOOB ALTO VALE** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada no SICOOB CONFEDERAÇÃO, a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no site eletrônico www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB; e
- c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

20. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em **30 de Junho de 2017**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de **R\$ 5.410.924,83** (Cinco milhões, quatrocentos e dez mil, novecentos e vinte e quatro reais e oitenta e três centavos), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

RIO DO SUL-SC, 30 de Junho de 2017

Henrique Backmeier
Presidente
CPF 313.263.239-20

Camila Erika Nicolau
Contadora
CRC-MG-071309/O-3-T-SC
CPF 881.435.466-91